



EL PAPEL DE LOS ESCLAVOS EN LA SOCIEDAD DEL ANTIGUO RÉGIMEN EN LAS AZORES

THE ROLE OF SLAVES IN AZOREAN SOCIETY IN THE OLD REGIME

*O PAPEL DOS ESCRAVOS NA SOCIEDADE AÇORIANAN
NO ANTIGO REGIME*

Margarida Vaz do Rego Machado*

Cómo citar este artículo/Citation: Vaz do Rego Machado, M. (2016). El papel de los esclavos en la sociedad del Antiguo Régimen en las Azores. *XXI Coloquio de Historia Canario-Americana (2014)*, XXI-023. <http://coloquios-canariasmerica.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/9505>

Resumen: Los primeros cronistas Azorianos, indican la presencia de esclavos en las Azores, desde el comienzo de la colonización. Lo que no es de extrañar, ya que desde finales del siglo XV que la venida de los esclavos de Portugal fue una constante y no será difícil concluir que darían la bienvenida a las Azores, donde este primer establecimiento estación, se necesitaban todas las manos para la primera y la tierra desbravamientos liquidación de la tierra. Durante los siglos posteriores, la documentación confirma la permanencia de las generaciones de esclavos. Sobre la base de los números de regisos parroquiales y las declaraciones realizadas en los testamentos e inventarios orfanológicos esta comunicación trata de resolver algunas preguntas hechas por nosotros durante nuestra investigación documental: ¿Cuál es el número de esclavos en las Azores (con especial atención a S. Miguel), que sus funciones? Formas de vida, como si caracterizan las relaciones entre señores y esclavos en las Azores, que su relación con la mayoría y formas de integración social que este trabajo presenta final en Antiguo Régimen?

Palabras clave: esclavos; amos; economía doméstica; las relaciones sociales; Azores

Abstract: The first chroniclers Azoreans, indicate the presence of slaves in the Azores, since the beginning of settlement. What is not surprising, because from the late fifteenth century that the coming of slaves for Portugal was a constant and will not be difficult to conclude that they would welcome the Azores where this first season settlement, all hands were needed to the first desbravamientos and land clearance of the land. Over the subsequent centuries, the documentation confirms the permanence of generations of slaves. Based on the numbers of parish regisos and the statements made in wills and inventories orfanológicos this communication tries to solve some preguntas made by us during our documentary research: What is the number of slaves in the Azores (with special focus on S. Miguel), which their functions? Forms of life, as if characterized the relations between senores and slaves in the Azores, which his relationship with the majority and forms of social integration that this work presents final in Old Regime?

Keywords: slaves; masters; home economics; social relations; Azores

Resumo: Os primeiros cronistas Açorianos, assinalam a presença de escravos nos Açores, desde o início do povoamento. O que não é de admirar, pois desde finais do século XV que a vinda de escravos para Portugal era uma constante e não será difícil de concluir que eles seriam bem vindos aos Açores onde, nesta primeira época de povoamento, todos os braços eram precisos para os primeiros desbravamentos e arroteamentos das terras. Ao

*Docente do DHRCS da Universidade dos Açores e investigadora do Centro de História de Aquém e Além Mar (CHAM) da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e dos Açores. Portugal; correo electrónico: ddfcs@uac.pt; margego@uac.pt



longo dos séculos subsequentes, a documentação confirma a permanência de gerações de escravos. Baseados nos números dos registos paroquiais e nas declarações feitas em testamentos e inventários orfanológicos esta comunicação tenta resolver algumas perguntas por nós feitas durante a nossa pesquisa documental: Qual o número de escravos existentes nos Açores (com especial enfoque para S. Miguel), quais as suas funções? Formas de vida, Como se caracterizavam as relações entre senhores e escravos nos Açores, qual o seu, relacionamento com as maiorias e formas de integração social que este trabalho se apresenta, nos finais do Antigo Regime?

Palavras chave: escravos; senhores; economia doméstica; relações sociais; Açores

O PAPEL DOS ESCRAVOS NA SOCIEDADE AÇORIANA NO ANTIGO REGIME

Esta comunicação resulta de uma parte dos trabalhos de investigação e análise que integraram o projeto denominado *Escravos e Libertos nos Açores, século XV a XIX*, coordenado por Rute Dias Gregório e cuja equipa integro. Desde 2006 (com paragens e avanços) que tentamos dar corpo ao principal objetivo do projeto: os escravos como objeto de estudo aprofundado em si mesmo. A sua “marginalidade social” não lhes dá a centralidade necessária para surgirem recorrentemente nas fontes o que dificulta o seu estudo, mas a verdade é que desde os nossos primeiros cronistas eles estão lá, não sozinhos, mas acompanhando os seus Senhores, normalmente para reforçar a riqueza e o poder das elites. Por exemplo, Gaspar Frutuoso refere que os pequenos fidalgos que se estabeleceram nos Açores traziam “com grande fausto, cavalos e escravos”¹ ou ainda quando se refere às principais famílias, como por exemplo à de Rui Gago que “viveu muito honradamente e abastado com cavalos e mulas na estrebaria e muitos escravos e escravas, criados e criadas e grande família”². Um pouco mais tarde, Frei Diogo das Chagas regista comunidades de escravos no Corvo³ e o Padre António Cordeiro refere que, na baía de Angra, escravos eram desembarcados conjuntamente com outros produtos que vinham de além-mar⁴.

Mesmo no século XX a historiografia insular, apesar de os ver numa perspetiva diferente, também não os estuda sozinhos: ou estão integrados nos estudos sobre as casas nobiliárquicas, ou nos estudos sobre economia, mais precisamente sobre o comércio insular⁵. Será de justiça realçar o levantamento de escravos feito, em 1886, por Ernesto Rebelo⁶ na Matriz da Horta (Faial) e o de Manuel Azevedo da Cunha na ilha de S. Jorge⁷.

Ao estado da arte acima sumariado, não podemos deixar de mencionar o estudo pioneiro de Maria Hermínia Mesquita, sobre a cidade de Angra⁸ e alguns artigos saídos do projeto atrás referido⁹.

Confirmada a permanência de gerações de escravos, durante mais de 250 anos, nos Açores¹⁰, esta nossa comunicação, baseada nos números dos registos paroquiais e nas declarações feitas em testamentos e inventários orfanológicos, tenta analisar o papel dos escravos e sua integração naquela sociedade durante o Antigo Regime.

Saber o número preciso de escravos existentes nas ilhas durante o Antigo Regime não é tarefa fácil e penso que, será mesmo, impossível. Todavia poderemos fazer algumas estimativas através de alguns números sequenciais, extraídos dos registos de batismo referentes à ilha de S. Miguel (as 3 freguesias de Ponta Delgada e a matriz da Ribeira Grande), as de Angra no século XVII e alguns soltos das ilhas do Faial e de S. Jorge¹¹. Entre 1570 e 1789 foram batizados na cidade de Ponta Delgada 1380 escravos,

1 FRUTUOSO (1977), livro IV, vol.I, p.21. Ver também, VAZ DO REGO MACHADO, GREGÓRIO e SERPA SILVA (2013).

2 FRUTUOSO (1977), livro IV, vol.I, pp. 132 e 142

3 CHAGAS (1989).

4 CORDEIRO (1981).

5 ROCHA GIL (1970) y MATOS (2008).

6 Arquivo dos Açores. (1982).

7 AZEVEDO DA CUNHA (1981).

8 MORAIS MESQUITA (2005).

9 DIAS GREGÓRIO (2007), VAZ DO REGO MACHADO e SERPA SILVA (2010).

10 No século XIX ainda se comprava escravos na ilha do Faial e em S. Miguel na década de setenta de oitocentos morreram “pretos na condição de escravos”, ver SERPA SILVA. (2013).

11 AHU. (2012).

sendo que 194 eram adultos; na freguesia matriz da Estrela na Ribeira Grande nos registos entre 1541 e 1790, foram batizados 431 escravos, 10 deles adultos. Ainda num período longo, apesar de menor, nas freguesias de Angra, entre 1583 e 1699 batizaram-se 1365 escravos. Nos róis de confessados da ilha de S. Jorge, em 1766, havia 50 escravos naquela ilha, para um total de 3087 de população adulta (não esquecer que os róis de confessados apenas registavam as pessoas de comunhão).

Para já poderemos afirmar que, em Ponta Delgada, os escravos correspondem a cerca de 1% do total dos batizados entre 1580 e 1790. Para a matriz da Estrela (apenas a freguesia mais importante da Vila da Ribeira Grande, mas não a única), estamos perto dos 0,5%. Segundo o estudo de Maria Hermínia Mesquita, sobre Angra do século XVII, encontramos uma percentagem bastante elevado: 4,2 % de escravos, (Jorge Fonseca aponta para Lisboa de quinhentos uma percentagem de 3%)¹². Uma segunda constatação prende-se com o facto das linhas tendenciais entre a população, em geral, e os escravos ser a mesma, ou seja, há um pico de batizados nos finais de quinhentos e inícios de seiscentos, descendo gradualmente até finais do século XVII, aumentando levemente na primeira metade de setecentos¹³.

Se restringirmos os anos contabilizados para os batizados em Ponta Delgada aos finais do século XVI e século XVII, para uma melhor comparação com Angra, verificamos que contra os 1365 de Angra, em Ponta Delgada apenas foram batizados 1127. Se analisarmos o gráfico nº1 verificamos que Angra tem sempre mais batizados coincidindo, nas duas cidades, o maior numero de batizados com o início do século, até por volta dos anos quarenta, altura em que há uma descida, para ambas, que se estende até à década de setenta, e uma pequena retoma nos últimos 30 anos do mesmo século.

Paralelismo entre os escravos batizados em Angra e Ponta Delgada no século XVII¹⁴

Cidade	Anos	Nº escravos batizados
Angra	1583-1599	152
Ponta Delgada	1570- 1599	118
Angra	1600-1640	417
Ponta Delgada	1600-1642	403
Angra	1640-1669	271
Ponta Delgada	1643-1667	181
Angra	1670-1699	372
Ponta Delgada	1668-1703	292

Se a maior parte dos batizados são crianças, também os há adultos. Em Angra batizam-se 163 adultos durante o século XVII enquanto que em Ponta Delgada, entre 1570 e 1790 os registos apontam para 194 que, repartidos pelas 3 freguesias de Ponta Delgada, nos levam a percentagens entre os 10,2% em S. José e os 14,81% e 14,82% nas freguesias de S. Pedro e de S. Sebastião respetivamente. Como se pode verificar estes dados revelam um peso considerável de escravos em termos populacionais, o que nos conduz a outra constatação: a reprodução das escravas nas ilhas era a maior fonte de aquisição de escravos, mas isso não bastava, pelo que a importação de escravos era fundamental, recorrendo-se assim a outras regiões do império português. Os mesmos assentos batismais mostram origens à escala do Império Português, desde o Norte de África, com especial incidência para a praça de Azamor¹⁵, passando pela Costa da Mina, Costa de Guiné, Gambia, Angola, também Cabo Verde e chegando ao Brasil. A referência a esta província aparece-nos apenas nos registos da freguesia de S. Sebastião, a partir de

12 FONSECA (2010). Agradecemos ao Autor a disponibilização do texto

13 VAZ DO REGO MACHADO (2013), VAZ DO REGO MACHADO e SERPA SILVA (2010).

14 Os números apresentados foram extraídos dos quadros apresentados em: MESQUITA. (2005) e VAZ DO REGO MACHADO e SERPA SILVA (2010).

15 Os Açores foram grandes exportadores de trigo, embora muitas vezes forçados pelo governo reinol, para as praças portuguesas do Norte de África.

1728, especificando, por vezes, algumas regiões como Pernambuco e Rio de Janeiro. Esta pluralidade de proveniências está hoje confirmada com estudos sobre o DNA açoriano, nomeadamente aqueles que têm vindo a ser desenvolvidos na Universidade dos Açores pela equipa coordenada por Manuela Lima, que atestam a presença de genes africanos nas ilhas açorianas, embora bastante diluídos nos genes europeus. Assim, no grupo oriental encontramos a maior percentagem de marcas não europeias (cerca de 25% - maioritariamente africanas (18,2%); no grupo central, a influência não europeia reduz-se para 15%, dos quais apenas 5% são relativos a populações africanas e, por fim, o grupo ocidental exhibe apenas 6,5% de linhagens não europeias, as quais, se referem exclusivamente a variantes africanas¹⁶.

Esta maioria de genes africanos no grupo oriental não corresponde, à primeira vista, ao que atrás foi afirmado. Na verdade, a elevada percentagem de escravos registados em Angra b no século XVII levaria a pressupor uma maior herança de DNA de Africanos no grupo central. Pensamos que a explicação para tal desfazamento está nas próprias conjunturas da História insular. Se não vejamos. Que os primeiros anos do povoamento tenham motivado uma maior vinda de escravos para o arquipélago é um facto natural, pois todos os braços eram precisos para os primeiros desbravamentos e arroteamentos das terras. Não falamos aqui de uma economia esclavagista de plantação, pois os Açores não a tiveram, mas sim de um conjunto de trabalhadores domésticos, de mão-de-obra barata, que os senhores necessitavam, nomeadamente para cumprirem os seus deveres para com as terras dadas em regime de sesmarias. Mas a maior ou menor necessidade que se tinha desse tipo de mão-de-obra não bastava. O maior ou menor fluxo de escravos dependia da facilidade ou dificuldade com que se chegava às fontes fornecedoras (fundamentalmente a costa africana).

À medida que os portugueses foram explorando o Atlântico Sul, os Açores foram-se tornando indispensáveis para o apoio aos barcos portugueses, principalmente na viagem de retorno. As Ilhas açorianas passaram a ser o suporte e amparo oceânico das principais rotas intercontinentais.

Isto levou à criação, no Arquipélago, de estruturas de apoio a estes barcos, não só para refresco mas também de defesa contra os corsários que, então, sulcavam os mares dos Açores. A baía de Angra, “A universal escala do sol poente”, como sentenciou Gaspar Frutuoso, era o porto natural melhor abrigado dos Açores e, por isso, o mais procurado pelos barcos que retornavam das várias partes do império Ultramarino Português. Criou-se assim, em Angra, o lugar de Provedor das Armadas da Mina, Brasil, Guiné e Índia, que passou a dirigir todo o apoio de abastecimento e de defesa. Angra tornou-se o ponto de encruzilhada das rotas internacionais de então, a zona dos Açores por onde mais escravos passavam nos barcos de ida para Lisboa. Em consequência não é de admirar que fosse Angra a cidade detentora de um maior número de escravos nas eras de quinhentos e seiscentos. Todavia, não era a única. Tinha apenas mais facilidade em chegar ao abastecimento. Maria olímpia Rocha Gil, que estudou os portos dos Açores no século XVII, regista a irregularidade, embora frequente, de transações de escravos nos Açores ao longo do século XVI¹⁷. Todavia e como bem demonstrou Artur Teodoro de Matos, esta “frequência irregular” das transações não nos permitem, de modo algum, vislumbrar as ilhas açorianas como um entreposto ou um centro redistribuidor de escravos¹⁸. Aliás o alvará de 1544 é bem demonstrativo de tudo o que temos estado a dizer: ele renova a proibição da venda de escravos nas ilhas¹⁹, o que confirma a prática ilegal (que continuará até ao decreto do Marquês de Pombal), mas frequente, da aportagem e transação de escravos no Arquipélago.

Em conclusão, acreditamos que a maior percentagem de DNA africano no grupo Oriental se deverá, por um lado, a uma maior miscigenação nesta ilhas e à quebra referida facilidade de abastecimento que o porto de Angra potenciava. Devido a conjunturas de ordem vária, o porto de Angra nos finais do século XVII passou a ter menor atividade comercial, atividade esta que foi transferida para a baía da Horta e para Ponta Delgada. A hipótese, ainda por confirmar, é a seguinte: em Angra, o decréscimo de escravos aconteceu mais cedo e não havendo renovação deste grupo populacional, Angra foi suplantada pelo grupo Oriental.

16 LIMA (2013).

17 ROCHA GIL (1970), p. 75.

18 MATOS (2008), p. 217.

19 A partir de 1512, Lisboa tornou-se oficialmente o único porto de o reino onde os escravos podiam desembarcar.

Confirmada a chegada de escravos e a sua reprodução nas próprias ilhas, apuremos agora quem comprava escravos e que tipo de relações se estabeleciam entre estes e os seus senhores.

Segundo as pesquisas que fizemos, não só através dos registos notariais, pois muitas vezes nestes registos assentava-se também o nome e profissão (esta mais raramente) do senhor, mas através de alguns testamentos e inventários orfanológicos, o leque de senhores de escravos é grande, indo desde o capitão donatário e superiores oficiais régios, “gentes da governança” local, mercadores (grandes e pequenos) até aos pequenos lavradores e artesãos (boticários, sapateiros...), passando pelos padres, abadessas, noivas, Donas, com destaque para as viúvas. Corroborando Didier Lahon²⁰, a motivação para a compra de escravos era essencialmente económica, o que não põe de parte a motivação de ostentação de riqueza, principalmente para as elites. Embora em número reduzido, encontramos alguns escravos libertos também com escravos. Na verdade, um bom escravo poderia render mais do que um assalariado, pois mesmo para os mais pobres, o investimento inicial acabava por ser compensado pelo trabalho do escravo.

Contrariamente ao que aconteceu ao longo do século XVI em Angra, onde Rute Gregório encontra vários Senhores com 10 e mais escravos, em S. Miguel o número de escravos por senhor é menor: 6 escravos para o filho do Conde da Ribeira Grande, D. José da Câmara (o pai com 4 escravos referido nos registo de batizados, aparece só com adultos), seguido de mercadores de grosso tratam com 5 e 4 escravos, uma Senhora, da mais alta nobreza da ilha, Dona Mariana do Canto, com 4. Os restantes proprietários apresentam uma média constante de 1 a 2 escravos por senhor, que é, também, a média mais comum nas paróquias da ilha de S. Jorge embora não nos possamos esquecer os 5 escravos do capitão Nicolau Teixeira e os 8 do padre Damião Sousa.

Por quanto eram comprados estes cravos? Durante século XVI os preços oscilam entre os 20 000 e 28000 mil réis para os adultos e seis mil reis para crianças. No século XVIII, a inflação deu-se e através de algumas escrituras de venda e compra de escravos verificamos que os preços variavam entre os 50 000 e os 95000 réis.

Apesar da compra e venda nos remeter para uma relação economicista, em que o escravo não é mais do que uma coisa, a documentação compulsada traz-nos, na maior parte dos casos, uma imagem de proximidade e convivência contínua que não é difícil de inferir / sustentar num quadro de uma escravatura de tipo doméstico. Fazendo parte dos testamentos de seus senhores, os escravos estão omnipresentes na vida destes homens e mulheres, servindo-os no espaço mais íntimo e reservado das suas vidas. Isabel Albergaria, no seu estudo sobre as casas nobres micalenses no século XVIII, verifica que os escravos dormem mesmo na própria casa do senhor, no lugar reservado aos “criados”. Esta convivência mais estreita, na própria casa do Senhor, está mais visível no que concerne às escravas, pois espera-se que tratem de seus senhores na doença, que criem e cuidem das crianças pequenas, que varram e limpem, que fiem o linho, façam a gestão doméstica. Já mais excepcional, para as escravas, é esperar-se também que recolham a seara, tratem do *melool*, *vendam vinho no porto* ou se dediquem a outro comércio de vitualhas.

Esta ligação doméstica das escravas à casa, espaço físico mas também sentimental, está bem patente nos testamentos. Por exemplo, no século XVI, Catarina Evangelho não quer que sua escrava Catarina se aparte de seus filhos, pois sabe que ela os *seruira e beirara*; ou ainda, já no século XVIII, o Dr. João Francisco Bastos, no seu testamento alude que se sua escrava Angélica se mantiver em sua casa com o mesmo amor e honestidade” levará consigo 20 0000 réis assim como seu vestido, saia e manto, cordões de ouro, brincos de alifár (pérola), dois pares de fivelas de prata, roupa branca, cama, colchão dos novos de riscas, lençóis de renda, colcha, 6 tamboretas e mais um numero considerável de utensílios domésticos desde pratos de estanho a alguidares. Em 1810, o comerciante de grosso trato Nicolau Maria Raposo, refere que:

Tem huma preta, por nome Marcella, a qual é forra, criou meus filhos com amor e fidelidade e pelo bom serviço que me tem feito e fez a minha mulher, peço a meus testamenteiros e especialmente a meus filhos a mantenham com caridade e estimação que ella lhes mereça e que a hão-de sustentar e tartar nas suas enfermidades.

²⁰ LAHON (1999).

Deixa-lhe ainda, 12 mil reis por ano, enquanto viva, e por sua morte lhe mandarão fazer um ofício e celebrar 30 missas em altar privilegiado e vinte em qualquer outro altar.

Na correspondência (1ª metade do século XIX) de Jerónima Pulquéria de Montojos a seu filho António Francisco Taveira Brum da Silveira, encontramos, com frequência, a referência de uma escrava de nome Maria José, que é tratada com muita estima, quase como se fosse de família. Embora pelas cartas que analisámos não possamos dizer, com segurança, que esta escrava fosse forra, a verdade é que do Faial, Dona Pulquéria lhe mandava as rendas de trigo que pertenciam à própria escrava. Pela morte da mesma, a mesma Senhora manda dizer 70 missas pela sua alma²¹.

Embora os escravos tenham mais ocupações fora de casa, na criação do gado, na sementeira e recolha das searas, em atividades marítimas e inclusive nas habituais situações de escravos *a ganho*, revela-se sempre uma situação de proximidade a que não são estranhas as manifestações de apreço e afetividade. Em 1761, no testamento acima referido acima, o Dr. João Francisco Bastos, refere o seu “*preto João que me criou e sofreu meus desconcertos de rapaz, governo e fidelidade de minha casa*” pelos seus anos avançados e por isso sem ter possibilidade de trabalhar, assegura-lhe cama, comida, 10 réis de vinho, alimento para tal idade, vestuário e calçado, não se esquecendo de recomendar que lhe deem um enterro condigno: acompanhado pelos religiosos franciscanos e clérigos da matriz, e mais 100 missas: 50 privilegiadas e 50 comuns, concluindo:

Ainda assim não pago tão fidelíssimo escravo, os serviços que durante todos estes anos me deu.

Esta ligação próxima, que nasce da domesticidade em que se estabelece, algumas vezes desemboca numa relação de índole sexual cujos contornos apenas apreendemos pelos seus efeitos: na gestação de crianças. Esta filiação é muitas vezes a situação que origina a alforria e a posse/detenção de bens e rendas legados por seus senhores.

Claro que esta situação de proximidade e afetividade não se verificaria sempre. Temos também notícias de escravos que fugiam de seus senhores, que eram severamente castigados, mas que apesar disto voltavam para casa do senhor acabando, em alguns casos, por serem alforriados pelos próprios senhores²². Esta situação, parece²³ corroborar as posições de Didier Lahon que ao descrever a escravatura em Lisboa de quinhentos refere que “a violência com os escravos, ligadas às suas atividades económicas, seria mais a título individual do que um modelo instituído de relação”²⁴ e de Jorge Fonseca que, no seu estudos sobre os escravos do Algarve nos séculos XVI e XVII, afirma que:

A fuga era mais um sinal de desespero absoluto, uma tentativa de escapar momentaneamente a um castigo ou uma situação tornada intolerável, do que uma busca de libertação definitiva.

Uma outra forma de punição era a de remeterem os escravos à proveniência. Os casos que encontramos referem-se ao final do século XVIII, ou seja numa época pós o decreto do Marquês de Pombal, o qual impedia a vinda de novos escravos para a metrópole mas não impedia, por exemplo, a ida de escravos para o Brasil. É neste contexto que o já referido Drº Bastos, manda a sua escrava, mãe de Angélica, de volta ao Brasil por ter sido desonesta. O comerciante Nicolau Maria Raposo, também já referido, apresenta a mesma atitude com a sua escrava Rosa pois, ao ficar grávida, tinha rompido com todos as ordens e valores da casa de seu senhor. Todavia, o capitão do barco Nossa Senhora Mãe de Deus assenta no seu livro de conhecimentos que a escrava teve um seguro de risco de 1% e que deveria ficar no dito navio debaixo de cobertura enxuta e bem condicionada. Ainda pelo mesmo conhecimento, ficamos a saber que a dita escrava seria entregue a José Duarte, para ser vendida pelo valor de 24 mil réis.

21 SDUA, Arquivo Brum da Silveira, cartas de 1810, 1815, 1816, 1817, caixas numeros 170, 176, 82 respetivamente.

22 SDUA, Arquivo Brum da Silveira, cartas de 1810, 1815, 1816, 1817, caixas numeros 170, 176, 82 respetivamente.

23 FONSECA (1997).

24 LAHON (1999), pp. 20 e 21.

A preocupação de seus senhores para que os alforriados não vivam em pecado, que tenham *uida per que se nam perquam, que vivão bem cada hum a seu officio e estado* para que *se nam enfforquarem pelas justiças*, ou que *nam uam a misericórdia* revela que o espectro da mendicidade, prostituição, ociosidade, crime e muita pobreza são cenários muito possíveis no futuro que aguardaria estes alforriados.

A pobreza seria o estado normal do escravo foro e, por isso, muitas vezes o escravo preferia ficar em casa do seu Senhor. Os registos de óbitos destes escravos são bem claros: maioria não fazia testamento por não ter bens e a sua mortalha e acompanhamento no funeral ficava à conta dos irmãos de S. Francisco ou das Misericórdias locais, assim como muitos deles eram sepultados na cova das fábricas das igrejas locais, tal como acontecia com a população que sempre fora livre mas pobre.

Batismo, funeral e casamentos eram, pois, três situações que faziam parte da vida dos escravos, como de toda a população, embora o casamento nem sempre se realizasse. Enquanto as Ordenações Manuelinas ordenavam o batismo de todos os escravos a situação relativa ao casamento era diferente. Na verdade aos escravos era permitido casarem-se, sendo mesmo aconselhado pela igreja, mas nem sempre era realizado e o facto é que se compararmos o número de batismos com os de casamento este é muito menor. O casamento entre escravos de senhores diferentes trazia complicações quanto à posse dos mesmos e por isso nem sempre era permitido, ficando os escravos filhos ilegítimos para o senhor da mãe.

Muito há a fazer ainda sobre o estudo dos escravos nos Açores. As fontes documentais só agora começaram a ser analisadas o que nos leva a ter alguma reserva em tecer conclusões perentórias. Todavia penso que poderemos concluir que nos Açores a escravatura tinha um perfil domestico, marcada por um clima de afetividade e estima.

BIBLIOGRAFÍA

- AHU. (2012). “Açores, roís de confessados, batismos e óbitos do ano de 1766”, en *Aquivo dos Açores*, vol. V, 2.ª série Arquivo dos Açores. (1982). Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores. Vol. VIII, pp. 292-294.
- AZEVEDO DA CUNHA, M.. (1981). *Notas históricas: Estudo sobre o concelho da Calheta (S. Jorge)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- CHAGAS, Frei D. das. (1989). *Espelho Cristalino em jardim de várias Flores*. SREC-DRAC/Universidade dos Açores-CEGF, p. 562.
- CORDEIRO, Padre A. (1981). *História Insulana...*SREC, p. 307.
- DIAS GREGÓRIO, R.. (2007). “Escravos e Libertos da ilha Terceira na primeira metade do século XVII”, in *O Reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. vol. 2. Lisboa, Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Centro de História de Além-Mar. FCSH. Universidade Nova de Lisboa.
- FONSECA, J. (1997). *Os escravos em Évora no século XVI*. Câmara Municipal de Évora, Coleção Novos Estudos Eborenses.
- FONSECA, J. (2010). “Os escravos em Lisboa e Évora quinhentista: aspetos demográficos e sociais”, comunicação apresentada no *Workshop Internacional Escravos na cidade – do Mediterrâneo ao Império Português*. Lisboa: Casa de Velásquez /CHAM, p. 1.
- FRUTUOSO, G. (1977). *Saudades da Terra*. Livro IV, vol.I. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 21.
- FRUTUOSO, G. (1977). *Saudades da Terra*. Livro IV, vol.I. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, pp. 132 e 142.
- LAHON, D. (1999). *O Negro no coração do Império. Uma memória a resgatar – séculos XV-XVI*. Lisboa: Ministério da Educação. Cas do Brasil em Lisboa. Coleção Entrecultras, p. 51 c.
- LIMA, M. (2013). “A influência africana no povoamento dos Açores. O contributo da genética”, en *Para a História da Escravatura insular nos séculos XV a XIX*. Ponta Delgada.
- MATOS, A. T. de. (2008). “Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais”, en *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*. Vol I. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura.
- MESQUITA, M. H. (2005). “Escravos em Angra no século XVII. Uma abordagem a partir dos registos paroquiais”, in *Arquipélago, História*. 2ª série, vol. IX, p. 215.
- MORAIS MESQUITA, M.H. (2005). “Escravos em Angra no século XVII. Uma abordagem a partir dos registos paroquiais”, in revista *Arquipélago, História*. 2ª série, vol. IX, p. 24.
- ROCHA GIL, M. O.da. (1970). “O porto de Ponta Delgada e o comércio açoriano no século XVII: elementos para o estudo do seu movimento”. *Do Tempo e da História*. 3, pp. 51-144. Disponible on line: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/III/4
- SERPA SILVA, S.. (2013). “Do abolicionismo às novas formas de escravatura. Portugal e os Açores no século XIX”, en *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XX*. Ponta Delgada : CHAM, pp.102 a 104.
- VAZ DO REGO MACHADO, M. e SERPA SILVA, S. (2010). *Nuances da escravatura nos Açores*, comunicação apresentada no *Workshop Internacional Escravos na cidade – do Mediterrâneo ao Império Português*. Lisboa: Casa de Velásquez / CHAM, (no prelo).

- VAZ DO REGO MACHADO, M. (2013). “Escravos e Libertos nos Açores. Uma abordagem a partir dos registos paroquiais das matrizes de Ponta Delgada e da Ribeira Grande (1540 a 1814)”, in *Para a História da Escravatura insular nos séculos XV a XIX*. Ponta Delgada, p. 86.
- VAZ DO REGO MACHADO, M., SERPA SILVA, S. (2010). “Nuances da escravatura nos Açores”, comunicação apresentada no *Workshop Internacional Escravos na cidade – do Mediterrâneo ao Império Português*. Lisboa: Casa de Velásquez / CHAM, no prelo.
- VAZ DO REGO MACHADO, M., GREGÓRIO, R. e SERPA SILVA, S. (coords.) (2013). *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XX*. Ponta Delgada: Edição CHAM.